NEOLIBERALISMO E ALFABETIZAÇÃO: IMPACTOS DOS SISTEMAS APOSTILADOS NA REDE PÚBLICA

Isabela Maria Ferreira Lima; Nathalia Ramos Garcia Maciel; Vitória Cauane Pereira dos Santos; Camila Beltrão Medina

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil,
belaferreiralima02@gmail.com, nathaliargm37@gmail.com, vitoriacpsantos21@gmail.com, camila.medina@univap.br

Resumo
Este artigo analisa os impactos da inserção de sistemas apostilados na rede pública de ensino, no contexto da racionalidade neoliberal, sobre os processos de alfabetização e letramento e sobre o desenvolvimento integral das crianças. Trata-se de uma revisão de literatura, de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada em produções acadêmicas e documentos educacionais relacionados à Educação Infantil, à alfabetização, ao letramento, à ludicidade e à mercantilização da educação. A análise indica que a padronização curricular e a centralidade do cumprimento de atividades podem reduzir a autonomia docente e limitar experiências de brincadeira, interação, exploração corporal e produção de sentidos. Em contraposição, às contribuições de Ferreiro, Soares e Freire evidenciam que a aprendizagem da linguagem escrita é ativa, social e vinculada às experiências dos sujeitos. Conclui-se que os materiais apostilados não devem orientar de forma rígida o trabalho pedagógico, sendo necessário preservar a autonomia docente e assegurar práticas contextualizadas, lúdicas e comprometidas com os tempos e as singularidades da infância.
Palavras-chave: Educação Infantil. Sistemas apostilados. Alfabetização. Letramento. Neoliberalismo.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas – Educação.

Introdução

A infância constitui uma etapa do desenvolvimento humano marcada pela curiosidade, pela corporeidade, pelas interações sociais e pela significação do mundo por meio do brincar. De acordo com Oliveira, Teixeira e Costa (2022), o ato de brincar permite que a criança crie, recrie, invente e utilize a imaginação, tornando o ambiente escolar mais atrativo e favorecendo sua participação ativa no processo educativo. No entanto, o cotidiano de diversas redes públicas de ensino tem sido atravessado pela crescente inserção de práticas homogeneizadoras e centradas no preenchimento de apostilas. Nesse movimento, a organização do trabalho pedagógico passa a ser orientada prioritariamente pelo cumprimento estrito de cronogramas, pela lógica da produtividade e pela busca por metas mensuráveis de desempenho. Segundo Laval (2019), ao priorizar resultados quantitativos e o controle pedagógico, a escola pública acaba moldada por uma lógica empresarial que transforma o conhecimento em mercadoria.

Esse fenômeno vincula-se diretamente à penetração da racionalidade neoliberal no campo educacional, a qual transpõe critérios empresariais em que Mordente e Portugal (2024), identificam entre seus eixos a financeirização, o ethos empresarial e a mercantilização da educação, destacando a presença de discursos relacionados à eficiência, à competição, à produtividade e à privatização. Sob o argumento de modernização, garantia de padrão e suporte metodológico, os sistemas apostilados consolidam parcerias com o setor privado que, em muitos casos, resultam na mercantilização dos processos formativos. Como consequência, a prescrição curricular rígida tende a restringir a autonomia dos professores e a invisibilizar as singularidades culturais, regionais e individuais dos educandos. Além disso, Saviani (2025) aponta que essa perspectiva desvia a escola de sua finalidade emancipatória: os estudantes são moldados para atender às exigências mutáveis do mercado de trabalho, enquanto os professores passam a ser submetidos a metas rígidas de produtividade e desempenho, esvaziando a autonomia docente.

No âmbito da alfabetização e do letramento, essa dinâmica mecanicista reduz a apropriação da escrita à mera decodificação e à repetição de exercícios gráficos descontextualizados. Ao restringir a introdução da cultura escrita a exercícios repetitivos de codificação e decodificação, ignora-se a

natureza dialógica e viva da linguagem (BAKHTIN, 2011), transformando o que deveria ser um processo de letramento social em mera reprodução técnica (GOMES, 2012). Assim como aponta Freitas (2006), a rigidez do material prescritivo anula a escrita espontânea, a oralidade e o protagonismo infantil, sacrificando a emancipação dos sujeitos em prol do cumprimento de metas editoriais.

Em contraposição a essa perspectiva tecnicista, referenciais críticos e construtivistas sustentam que a criança é sujeito ativo na elaboração de hipóteses sobre a linguagem (Ferreiro; Teberosky, 1999), demandando práticas que articulem o domínio do sistema alfabético aos usos sociais e discursivos da cultura escrita (Soares, 2004), nos quais a leitura da palavra se dá de modo indissociável da leitura crítica da realidade (Freire, 1989).

A partir dessa problematização, este estudo tem como objetivo analisar as repercussões da adoção de sistemas apostilados nas redes públicas de ensino, no contexto das reformas de orientação neoliberal, sobre os processos de alfabetização e letramento. Busca-se, assim, examinar os impactos dessa política nas dimensões cognitiva, psicomotora e socioemocional do desenvolvimento infantil, bem como nas condições de autonomia e autoria do trabalho pedagógico docente.

Metodologia

O estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. Foram considerados livros, artigos científicos, documentos normativos e produções acadêmicas relacionados à Educação Infantil, aos sistemas apostilados, à alfabetização, ao letramento, à ludicidade e ao neoliberalismo na educação.

A seleção do material priorizou publicações em língua portuguesa, especialmente dos últimos dez anos, que apresentassem relação direta com a temática. Foram excluídos estudos duplicados ou que não dialogassem com a Educação Infantil e com os processos de alfabetização e letramento. A análise foi orientada pela articulação entre os conceitos de padronização curricular, lógica de mercado, autonomia docente, brincar e desenvolvimento integral.

Por se tratar de revisão de literatura, os resultados apresentados correspondem à síntese crítica das contribuições teóricas selecionadas, não envolvendo coleta direta de dados com crianças, famílias ou profissionais da educação.

Resultados

A presente revisão de literatura integrou um *corpus* analítico composto por 12 produções acadêmicas, normativas e teóricas, publicadas entre os anos de 1989 e 2025. O conjunto analisado é metodologicamente diversificado, reunindo 1 documento normativo oficial (Brasil, 2018), 7 livros de fundamentação teórica, crítica e filosófica (Bakhtin, 2011; Ferreiro e Teberosky, 1999; Freire, 1989; Freitas, 2006; Laval, 2019; Saviani, 2025; Soares, 2004), 1 livro de análise coletiva sobre políticas educacionais (Adrião et al., 2022), 1 obra monográfica/estudo especializado sobre sistemas apostilados (Gomes, 2012) e 2 artigos científicos publicados em periódicos especializados (Mordente e Portugal, 2024; Oliveira, Teixeira e Costa, 2022).

Quantitativamente, observa-se uma distribuição equilibrada entre estudos sociológicos e estruturais acerca do neoliberalismo na educação, investigações sobre a pedagogia histórico-crítica, e referenciais clássicos e contemporâneos da psicologia do desenvolvimento, da alfabetização e do letramento. As produções cobrem um arco temporal que vai desde o final da década de 1980 até reflexões recentes (2022 a 2025), permitindo mapear tanto a evolução conceitual da alfabetização quanto o avanço contemporâneo dos pacotes mercantis na gestão pública. Qualitativamente, a literatura converge ao apontar que a inserção da racionalidade corporativa e dos sistemas apostilados nas redes públicas compromete a autonomia docente, homogeneíza o currículo e reduz os processos de alfabetização e letramento a práticas mecânicas, mnemônicas e descontextualizadas.

Para sintetizar o mapeamento das produções revisadas, o Quadro 1 detalha os autores, os anos de publicação, os títulos e os principais resultados identificados em cada obra:

Quadro 1 – Síntese das produções acadêmicas, teóricas e normativas revisadas.

AUTORES	ANO	TÍTULO	RESULTADOS
Freire, Paulo	1989	A importância do ato de ler: em três artigos que se completam	Demonstra que a leitura da palavra e a leitura do mundo são indissociáveis, defendendo uma alfabetização crítica e emancipatória.
Ferreiro, Emília; Teberosky, Ana	1999	Psicogênese da língua escrita	Comprova cientificamente que a criança é um sujeito ativo que constrói hipóteses sobre a escrita, invalidando cartilhas lineares.
Soares, Magda	2004	Letramento: um tema em três gêneros	Diferencia e articula os processos de alfabetização (apropriação do sistema alfabético) e letramento (usos sociais da escrita).
Freitas, Maria Tereza de Assunção	2006	Vigotsky e Bakhtin - Psicologia e Educação: um intertexto	Analisa a mediação semiótica e a intersubjetividade, destacando que a aprendizagem ocorre nas trocas sociais e culturais.
Gomes, João Carlos Amilibia	2012	As apostilas dos sistemas de ensino sob uma lógica empresarial	Analisa a penetração da lógica corporativa e mercantil na produção de materiais didáticos, evidenciando o gerencialismo escolar.
Bakhtin, Mikhail	2011	Estética da criação verbal	Fundamenta a natureza dialógica, viva e enunciativa da linguagem, refutando

			abordagens que reduzem a língua a códigos formais.
Laval, Christian	2019	A escola não é uma empresa	Analisa criticamente o neoliberalismo educacional, demonstrando como a mercantilização transforma o conhecimento em mercadoria.
Brasil (MEC)	2018	Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Estabelece as diretrizes curriculares nacionais, ressaltando os direitos de aprendizagem, a ludicidade e o desenvolvimento integral.
Adrião, Theresa et al.	2022	Sistemas privados de ensino na educação pública brasileira: consequências da mercantilização	Examina a expansão de sistemas apostilados na rede pública, evidenciando riscos de padronização e perda de soberania pedagógica.
Oliveira, Islânia; Teixeira, Magda V.; Costa, Naelle	2022	A importância da ludicidade na Educação Infantil	Destacam empiricamente que o brincar fomenta a imaginação, a participação ativa e o desenvolvimento socioemocional.
Mordente, Giuliana; Portugal, Francisco	2024	Neoliberalismo escolar: subjetivações submissas da educação brasileira	Identificam os eixos da financeirização, do ethos empresarial e da privatização, apontando a produção de subjetividades dóceis.

Saviani, Dermeval	2025	Educação, pedagogia histórico-crítica e BNCC	Discute os impactos das reformas neoliberais e da BNCC, defendendo o papel central da escola na socialização do saber sistematizado.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Discussão

Os resultados indicam uma profunda tensão entre a lógica de padronização mercantil presente nos sistemas apostilados e os princípios que reconhecem a criança como sujeito ativo, histórico e social. Embora os materiais possam, formalmente, oferecer algum suporte à organização do trabalho pedagógico, sua adoção como roteiro obrigatório transforma o professor em mero executor de conteúdos previamente definidos. Conforme aponta Gomes (2012), a penetração da lógica corporativa na produção de materiais didáticos impõe um gerencialismo que esvazia a soberania pedagógica da escola pública. Essa perspectiva alinha-se às reflexões de Adrião et al. (2022), que destacam que, além da diminuição da autonomia docente, há uma deliberada desconsideração em relação às especificidades culturais, sociais e regionais dos estudantes, subjugadas em prol de uma padronização cega.

Essa dinâmica vincula-se diretamente à racionalidade neoliberal no campo educacional. Laval (2019) analisa a transformação da escola sob critérios estritamente empresariais, nos quais os alunos são moldados como futuros trabalhadores submissos à lógica da produtividade. No mesmo sentido, Mordente e Portugal (2024) identificam que o neoliberalismo escolar opera por meio da financeirização, do ethos empresarial e da mercantilização, gerando subjetividades dóceis voltadas à competição e ao esforço individual. Nessa direção, a busca obsessiva por desempenho e resultados desloca a atenção dos processos qualitativos de aprendizagem para evidências quantitativas puras, como o mero cumprimento de cronogramas editoriais.

Em contraposição a esse modelo mecanicista e tecnicista, as contribuições históricas de Ferreiro e Teberosky (1999) demonstram que a aprendizagem da escrita ocorre por meio da elaboração e da reelaboração ativa de hipóteses pelas crianças. Adicionalmente, Soares (2004) diferencia e articula os processos de alfabetização (apropriação do sistema alfabético) e letramento (usos sociais da escrita), exigindo práticas contextualizadas que dialoguem com a realidade. Para fundamentar essa interlocução dialógica, Bakhtin (2011**)** recorda que a linguagem é viva, enunciativa e essencialmente social, refutando abordagens que reduzem a língua a códigos formais e repetitivos. Essa perspectiva é complementada por Freitas (2006), que, com base na psicologia histórico-cultural, enfatiza que a mediação semiótica e a intersubjetividade garantem que a aprendizagem ocorra nas trocas coletivas, o que se choca frontalmente com a rigidez de materiais de preenchimento individual. Reforçando esse panorama, Freire (1989) argumenta que a leitura da palavra está indissociavelmente vinculada à leitura crítica do mundo, exigindo práticas enraizadas nas experiências concretas dos sujeitos.

Alinhada a essas concepções críticas, a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) estabelece as interações e a brincadeira como eixos estruturantes da Educação Infantil, assegurando direitos fundamentais como conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Sob essa ótica, Saviani (2025) argumenta que a escola pública tem como função primordial a socialização do saber sistematizado, o que exige resistir às pressões mercadológicas que fragmentam o currículo. Quando analisada à luz da dimensão lúdica, a ênfase no preenchimento de apostilas, corroborada pelas discussões empíricas de Oliveira, Teixeira e Costa (2022), compromete a psicomotricidade ao impor longos períodos de imobilidade física e restringir o movimento amplo e a corporeidade preconizados no campo Corpo, gestos e movimentos.

Do mesmo modo, essa dinâmica gera graves impactos na dimensão socioemocional ao priorizar a execução isolada em detrimento das trocas cooperativas e da empatia, eixos centrais do campo O eu, o outro e o nós. A imposição de um ritmo rígido de trabalho suscita ansiedade diante do erro e

suprime o espaço necessário para a imaginação e a livre expressão emocional das crianças. Assim, a discussão não pressupõe a eliminação absoluta do material impresso, mas questiona sua centralidade e seu uso inflexível. O material didático deve configurar-se estritamente como recurso auxiliar, subordinado ao planejamento autônomo, à escuta ativa e à mediação sensível do professor, garantindo, dessa forma, uma formação verdadeiramente emancipatória, crítica e socialmente participativa.

Conclusão

A expansão dos sistemas apostilados na rede pública demanda uma análise crítica rigorosa, sobretudo por expressar uma racionalidade de matriz neoliberal pautada na padronização, na produtividade e na ênfase em resultados mensuráveis. Quando adotados de forma prescritiva e inflexível, esses materiais tendem a comprometer a autonomia docente e a empobrecer as vivências lúdicas, corporais, culturais e contextualizadas que sustentam a infância.

Sob essa ótica, a alfabetização e o letramento devem ser reafirmados como processos dinâmicos, complexos e socialmente situados, incompatíveis com a mera execução mecânica de tarefas e com a apropriação tecnicista do código escrito. Disso decorre que o material didático precisa ocupar um lugar estritamente complementar e flexível, subordinando-se ao projeto pedagógico da instituição, à escuta atenta das necessidades dos estudantes e à mediação intencional do professor.

Torna-se imperativo, portanto, fomentar práticas pedagógicas que assegurem o desenvolvimento integral, o brincar, as interações, a diversidade de experiências e o respeito aos singulares ritmos de desenvolvimento infantil. Por fim, recomenda-se que investigações futuras aprofundem o exame desses materiais por meio de pesquisas empíricas, avaliando os impactos diretos do modelo apostilado no cotidiano das salas de aula, nas políticas curriculares e na precarização ou fortalecimento do trabalho docente.

Referências

ADRIÃO, Theresa. et al. **Sistemas privados de ensino na educação pública brasileira:** consequências da mercantilização para o direito à educação. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

FERREIRO, Emília.; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREITAS, Maria Tereza de Assunção. **Vigotsky e Bakhtin - Psicologia e Educação: um intertexto.** São Paulo: Editora Ática, 2006.

GOMES, João Carlos Amilibia. **As apostilas dos sistemas de ensino sob uma lógica empresarial.** Porto Alegre: 2012.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa.** São Paulo: Boitempo, 2019.

MORDENTE, Giuliana Volfzon; PORTUGAL, Francisco Teixeira. Neoliberalismo escolar: **subjetivações submissas da educação brasileira**. Olhar de Professor, 2024.

OLIVEIRA, Islânia; TEIXEIRA, Magda Vanessa; COSTA, Naelle. **A importância da ludicidade na Educação Infantil**. Revista Científica Multidisciplinar, v. 8, n. 1, jan./jun. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Educação, pedagogia histórico-crítica e BNCC**. São Paulo: Expressão Popular, 2025.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Agradecimentos

Expressamos nossa profunda gratidão à nossa orientadora, Profa. Dra. Camila Beltrão Medina, pelo acompanhamento generoso, paciência e rigor intelectual ao longo desta trajetória. Agradecemos pela confiança depositada em nossas ideias e pelo incentivo constante ao pensamento crítico, ao questionamento e à autonomia na construção de nossos percursos na pesquisa e na educação.

Agradecemos, igualmente, à parceria construída entre nós três. Esta produção é fruto não apenas do trabalho acadêmico conjunto, mas de uma rede de apoio mútuo, escuta e cumplicidade que sustentou cada etapa deste percurso diante dos desafios encontrados. Mais do que a formação docente que ora se consolida, levaremos como marco desta caminhada o valor do compartilhamento e da colaboração coletiva no processo de aprender.